

CONJUNTURA



04
2019

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Fernanda Ramos Ferreira, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bampirra, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

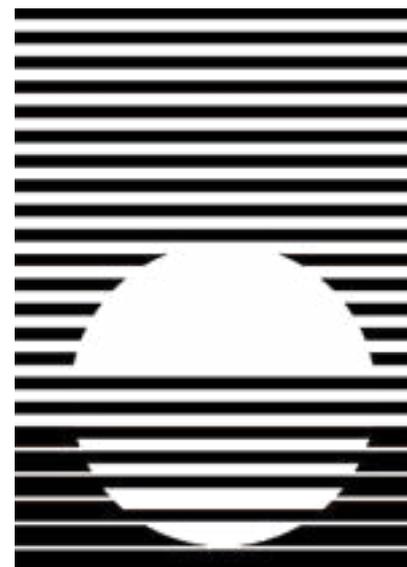
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Sob o comando de Araújo, afloram disputas intra e interburocráticas do Itamaraty
Viagem de Bolsonaro a Israel gera reações no país e no mundo árabe
Macri anuncia congelamento de tarifas públicas

Página 05

Tensão marca a relação entre o governo e os militares no Uruguai
Mercosul suspende eleições diretas dos representantes do Parlasul

Página 06

Parlamentares bolivianos enviam carta a Trump
Bolívia promove investimentos internacionais em recursos naturais e infraestrutura

Página 07

Desdobramentos da Lava Jato no Peru culminam no suicídio do ex-presidente Alan García
Senador brasileiro encontra-se com Maduro para discutir reabertura de fronteiras
Guaidó anuncia que tem apoio dos militares para derrubar Maduro

Página 08

Parlamentares colombianos vetam objeções presidenciais à JEP e EUA pressionam
Após seis meses de asilo na embaixada equatoriana, Assange é preso pela polícia londrina

Página 09

Contradições marcam a política externa mexicana
Eleições de 2019 agitam cenário político sul-africano
Encontro anual do Banco dos BRICS ocorre na África do Sul

Página 10

China adensa cooperação internacional com a Iniciativa Cinturão e Rota da Seda
Turquia critica comentários ocidentais sobre a última eleição turca e o genocídio armênio

Página 11

Um mês de vitórias e retrocessos acontecendo na América Latina
Movimentos sociais resistem contra as violações aos seus direitos
Mulheres subalternas protagonizam lutas políticas e sociais

Página 12

Emigração brasileira cresce junto com xenofobia
Aumentam os deslocamentos forçados como resultado das mudanças climáticas



Sob o comando de Araújo, afloram disputas intra e interburocráticas do Itamaraty

Em abril, o Itamaraty, sob o comando do chanceler Ernesto Araújo, foi palco de uma série de polêmicas entre seus integrantes e esteve envolvido em disputas por influência com membros de outras burocracias. No plano intraburocrático, repercutiu, logo no primeiro dia do mês, a divulgação de uma carta anônima elaborada por diplomatas brasileiros criticando as declarações de Araújo e Jair Bolsonaro a respeito da ditadura militar no Brasil. No documento, os diplomatas repudiaram a relativização da natureza inconstitucional e criminosa do regime militar instaurado no país com o golpe de Estado de 1964 e afirmaram que as declarações do presidente e chanceler brasileiros violam os princípios que regem a inserção internacional do Brasil, gerando danos a sua imagem externa. No dia 9 de abril, teve destaque na mídia a demissão do diplomata Marco Vilalva da presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), vinculada ao Ministério. A demissão ocorreu após Vilalva criticar as mudanças feitas por Araújo no estatuto social da APEX que retiravam poderes do presidente da agência. No dia 11, foi divulgado que o Itamaraty teria barrado a homenagem que uma turma de formandos do Instituto Rio Branco pretendia fazer ao embaixador aposentado José Bustani, antigo desafeto dos EUA. No âmbito interburocrático, o Itamaraty engajou-se em uma disputa de poder com o Ministério da Economia sobre o processo decisório na Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), sobretudo no que toca a definição de tarifas de importação e outras medidas de defesa comercial. No dia 16 de abril, a Justiça Federal anulou o passaporte diplomático concedido um dia antes pelo Itamaraty ao pastor Edir Macedo. Por fim, em viagem aos EUA no início do mês, o vice-presidente Hamilton Mourão declarou que a China não é uma ameaça, e sim um parceiro estratégico ao Brasil, contrariando a percepção negativa esposada por Araújo a respeito deste país.

Fontes: [Estadão](#), 01/04/2019; [Folha de São Paulo](#), 06/04/2019; [Folha de São Paulo](#), 08/04/2019; [Estadão](#), 09/04/2019; [Folha de São Paulo](#), 11/04/2019; [Estadão](#), 16/04/2019; [Folha de São Paulo](#), 23/04/2019.

Viagem de Bolsonaro a Israel gera reações no país e no mundo árabe

Em visita oficial a Israel entre 31 de março e 3 de abril, Jair Bolsonaro (PSL) cumpriu agenda de trabalho que envolvia encontros oficiais com o primeiro

ministro Benjamin Netanyahu, visita ao Muro das Lamentações e ao Centro de Memória de Holocausto, bem como reunião com empresários brasileiros e israelenses. Bolsonaro priorizou um parceiro não-tradicional do Brasil como um dos primeiros destinos de viagem oficial, corroborando compromissos de campanha de estreitar as relações com os israelenses. Promessa do período eleitoral, a transferência da embaixada para Jerusalém foi alterada para a criação de um escritório de negócios, sem status diplomático. O recuo de Bolsonaro relaciona-se com as repercussões negativas que a proposta gerou, sobretudo dos países árabes, que possuem histórico de conflitos com Israel e que questionam, por exemplo, o tratamento que o governo de Israel concede à população palestina. Entre as repercussões da visita, líderes evangélicos saudaram a aproximação, enquanto ruralistas criticaram a possibilidade de transferência da embaixada, com receio da retaliação dos países árabes às exportações brasileiras, segundo a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Bolsonaro também gerou reações negativas ao reafirmar, durante a visita, que o nazismo foi um movimento de esquerda. O grupo islâmico Hamas condenou a visita de Bolsonaro e a considerou uma violação do direito internacional que contraria a tradição da política externa brasileira de reconhecer a Palestina e apoiar a solução de dois Estados. O senador Flavio Bolsonaro reagiu com provocação ao grupo, em postagem nas redes sociais que foi posteriormente apagada. O vice-presidente do Brasil, General Hamilton Mourão, minimizou a repercussão nos países árabes e considerou que a transferência de embaixada foi “uma promessa de campanha”, não uma certeza. De acordo com a chancelaria brasileira, a visita resultou em diversos acordos bilaterais, em áreas como saúde, segurança cibernética e aviação.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 31/03/2019; [IG](#), 31/03/2019; [BBC](#), 02/04/2019; [O Globo](#), 02/04/2019; [El País](#), 02/04/2019; [Exame](#), 09/04/2019.

Macri anuncia congelamento de preços e tarifas públicas

A instabilidade político-institucional que domina o No dia 17 de abril, o presidente argentino Mauricio Macri determinou o congelamento dos preços de uma série de produtos da cesta básica e tarifas de variados serviços públicos até outubro. A decisão vem na esteira do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como mais uma medida na tentativa de conter a crise no país, especialmente no que diz respeito à inflação, que chegou a 54,7% no acumulado dos últimos 12 meses. O acordo com FMI, assinado em 2018, prevê o

empréstimo de quase US\$ 60 bilhões para o país, que em troca se comprometeu a levar a cabo uma série de medidas a fim de reequilibrar a economia argentina. Desde então, o acordo tem sido alvo de críticas, tanto por supostamente ser uma intervenção do FMI na política interna da Argentina como pela incapacidade do governo em resolver a crise. Não parece ser coincidência que o congelamento dos preços esteja previsto para durar até outubro, mês que antecede as eleições presidenciais e quando Macri buscará a reeleição. A pauta econômica deverá ocupar o centro do pleito eleitoral, o qual, a princípio, será disputado com a ex-presidenta Cristina Kirchner. O congelamento de preços pode ter consequências para além das fronteiras argentinas, afetando a balança de pagamentos na região. No caso do Brasil, a contínua perda de capacidade de compra dos argentinos deverá ter efeitos negativos sobre a indústria brasileira, que tem nos vizinhos um de seus principais mercados consumidores. Por outro lado, industriais brasileiros enxergam o momento como uma possibilidade de comprarem insumos na Argentina a preços mais baixos que na Ásia. De qualquer forma, a situação demonstra mais uma vez a profundidade da interdependência entre as economias dos dois países.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 17/04/2019; [Infomoney](#), 17/04/2019; [G1](#), 24/04/2019; [La Nación](#), 23/04/2019.

Tensão marca a relação entre o governo e os militares no Uruguai

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, destituiu o comandante-em-chefe do Exército, José González, o ministro da defesa, Jorge Menéndez, seu vice-ministro e mais três generais, após revelações sobre um escândalo relacionado a um caso de violação de direitos humanos ocorrido durante a ditadura militar. González foi anunciado como substituto do general Guido Manini Rios em 18 de março, e foi destituído do cargo apenas duas semanas depois, no início do mês de abril. A substituição de Rios por González ocorreu depois que o oficial fez críticas à reforma das pensões militares. Além dessa reforma, o governo uruguaio tem avançado na proposta de criação de uma nova lei militar que revogará a legislação atual, adotada durante a ditadura militar. A nova lei prevê mudanças no sistema de promoções, diminuição do número de oficiais, aumento das exigências para a entrada na carreira militar e redefinição da doutrina das Forças Armadas. O que motivou a destituição de González do cargo foi a confissão do tenente coronel José Nino Gavazzo, perante o Tribunal de Honra do Exército do Uruguai que, em 1973, lançou no Rio Negro o corpo do guerrilheiro tupamaro Roberto Gomensoro. O presidente Vázquez demonstrou insatisfação ao ter conhecimento da omissão do

conteúdo das atas que continham a confissão de Gavazzo e que foram assinadas por González, então membro do Tribunal de Honra. Em 2 de abril, Vázquez anunciou Claudio Feola como substituto de González como comandante-em-chefe do Exército. Entretanto, uma semana depois, durante uma conferência de imprensa, Feola questionou a ocorrência de violações de direitos humanos durante a ditadura, ao afirmar que não pode repudiar o que não está comprovado. Após a repercussão negativa das declarações, o comandante lançou uma nota explicativa comprometendo-se com as investigações. Posteriormente, um novo capítulo da crise institucional foi aberto em 2 de abril, quando o general Rios anunciou que lançaria sua candidatura à Presidência da República nas próximas eleições pelo partido Cabildo Abierto.

Fontes: [El Observador](#), 01/04/2019; [El Observador](#), 01/04/2019; [El País](#), 01/04/2019; [El Observador](#), 02/04/2019; [El Observador](#), 02/04/2019; [El País](#), 02/04/2019 ; [El Observador](#), 08/04/2019; [El País](#), 20/04/2019.

Mercosul suspende eleições diretas dos representantes do Parlasul

Em 17 de abril, os membros do Mercosul decidiram suspender a eleição direta dos parlamentares do bloco por meio de uma modificação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e de uma declaração conjunta assinada por representantes dos quatro Estados-parte. O Protocolo Constitutivo estipulava eleições simultâneas dos parlamentares em todos os Estados do bloco, mas os prazos foram adiados inúmeras vezes, descumprindo o período de transição inicialmente previsto para ocorrer entre 2006 e 2014. Com as eleições diretas, esperava-se que o Parlasul tivesse um peso maior, pois, quando todos os Estados-parte enviassem legisladores eleitos por voto popular, as decisões do organismo passariam a ser vinculantes e não apenas recomendações, como são atualmente. Até o momento, só o Paraguai e a Argentina realizam eleições diretas para eleger seus representantes para o Mercosul. O Brasil e o Uruguai ainda enviam seus representantes designados pelos respectivos congressos. O novo acordo, que suspende as eleições diretas, será implementado a partir de 2023, quando ocorre o fim do mandato dos representantes paraguaios e argentinos já eleitos. A partir da vigência do acordo, o Parlasul passará a ser integrado apenas por legisladores dos parlamentos dos quatro países, e não por representantes eleitos para tal fim. O presidente da Argentina, Mauricio Macri, já havia pedido ao Congresso de seu país a revogação da lei que obrigava a fazer as eleições do Parlasul junto com as eleições gerais por considerá-las desnecessárias e

de alto custo. Por sua vez, o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, que anunciou o novo acordo em primeira mão pelo Twitter, assinalou que os gastos das eleições e o pagamento aos representantes do Parlasul serão redirecionados a investimentos sociais.

Fontes: [Clarín](#), 16/04/2019; [RT](#), 16/04/2019; [Mercosur](#), 17/04/2019; [Última Hora](#), 21/04/2019.

Parlamentares bolivianos enviam carta a Trump

No dia 1º de abril, 12 parlamentares da Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP) da Bolívia enviaram uma carta ao presidente estadunidense Donald Trump. O documento pede que os EUA intervenham para evitar que o atual presidente, Evo Morales, seja novamente candidato nas eleições presidenciais bolivianas, marcadas para o dia 20 de outubro de 2019. Os 10 deputados e 2 senadores opositores solicitaram a Trump uma manifestação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nesse sentido. A oposição defende que Morales não pode ser candidato à reeleição com base no resultado do referendo ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2016. Na ocasião, a maioria da população boliviana recusou a possibilidade de o presidente concorrer a um terceiro mandato na próxima eleição. Como reação a esta carta, o senado dos EUA aprovou, no dia 10 de abril, uma resolução pedindo que Morales respeite o resultado desse referendo e os limites constitucionais à reeleição presidencial. A resolução também solicita a independência do Órgão Eleitoral. Na Bolívia, as reações a essa resolução foram numerosas. A ALP aprovou uma declaração rechaçando a intromissão do Senado estadunidense nos assuntos internos bolivianos e exigindo respeito à soberania, independência e autodeterminação da Bolívia. O presidente Morales considerou uma traição à pátria o envio da carta com o pedido de intervenção estrangeira. Já o secretário executivo da Central Operária Boliviana (COB, na sigla em espanhol), Juan Carlos Huarachi, pediu que os 12 signatários da carta sejam expulsos da ALP. O presidente da Câmara de Deputados, Víctor Borda, afirmou a intenção de submeter esses parlamentares à comissão de ética da casa, considerando o envio da carta como uma violação da Constituição boliviana. A iniciativa, no entanto, não foi adiante.

Fontes: [La Razón](#), 11/04/2019; [El Deber](#), 12/04/2019; [El Deber](#), 13/04/2019; [El Deber](#), 15/04/2019; [La Razón](#), 17/04/2019.

Bolívia promove investimentos internacionais em recursos naturais e infraestrutura

Durante o mês de abril, a Bolívia foi protagonista de diversos eventos regionais e internacionais relacionados à promoção de investimentos internacionais em recursos naturais e infraestrutura no país. No início do mês, o presidente da Índia, Ram Nath Kovind, visitou a Bolívia junto a uma delegação de empresários. Na ocasião, foram assinados acordos para a criação de novos corredores de crescimento. No dia 7, Evo Morales, presidente boliviano, realizou visita oficial à Turquia, na qual diversos acordos foram assinados, com destaque para o acordo com a Turkish Airlines, além da projeção de um aporte de US\$ 500 milhões em comércio e propostas de colaboração no setor energético. No dia seguinte, Morales e a delegação boliviana foram aos Emirados Árabes Unidos para participar da Reunião Anual de Investimentos, além de terem se encontrado com ministros do país anfitrião. Morales foi o único chefe de Estado latino-americano convidado para o evento. A delegação buscou investimento para seus maiores projetos estratégicos: o trem bioceânico, o plano de acesso ao Atlântico pela hidrovía Paraguai-Paraná, a industrialização do lítio, e o hub aeroportuário de Viru Viru, no departamento de Santa Cruz. Morales declarou que a Bolívia quer se destacar como plataforma logística e geopolítica para integrar a América do Sul e os dois oceanos. Diego Pary, chanceler boliviano, declarou que a visita de Morales aos dois países foi histórica, e que a Bolívia busca aliados políticos em um momento de construção de blocos no mundo. No dia 15, a Bolívia enviou a primeira carga de ureia com destino a Porto Velho, em Rondônia, pela hidrovía Ichilo-Mamoré, considerada uma rota alternativa ao Atlântico. No dia 20, Morales viajou à Argentina para encontro com o presidente, Mauricio Macri. Na visita, foi renegociado o contrato de exportação de gás natural boliviano à Argentina, assinado um memorando de cooperação e integração energética binacional e foi deixada em aberto a possibilidade de negociação para que a Bolívia adquira as aeronaves argentinas Pampa III. A iniciativa boliviana de ampliar a participação de investimentos externos no país se destaca em um cenário regional de diminuição de investimentos.

Fontes: [El Deber](#), 29/3/2019; [El Deber](#), 7/4/2019; [La Razón](#), 9/4/2019; [La Razón](#), 14/4/2019; [La Razón](#), 15/4/2019.

Desdobramentos da Lava Jato no Peru culminam no suicídio do ex-presidente Alan García

Os desdobramentos da operação Lava Jato no Peru, que investiga os esquemas de corrupção envolvendo empresas brasileiras e autoridades peruanas em projetos públicos de infraestrutura, culminaram, no dia 17 de abril, no suicídio do ex-presidente peruano Alan García, logo após o decreto de sua prisão preliminar. García vinha sendo investigado desde março de 2017 sob a suspeita de ter favorecido ilegalmente, durante seu governo (2006-2011), a participação da empresa brasileira Odebrecht nas obras de construção dos trechos dois e três da rodovia Interoceânica e do trecho um e dois do metrô de Lima. Desde o início, García se declarou inocente, chegando, até mesmo, a pedir asilo político na embaixada uruguaia em dezembro do ano passado, sob a alegação de ser vítima de perseguição política em seu país. O pedido de asilo, no entanto, foi recusado, e novas evidências envolvendo García no esquema de corrupção perpetrado pela Odebrecht vieram a público no dia 11 de abril. Segundo estas evidências, a empresa brasileira transferiu US\$ 4 milhões a Luis Nava Guibert, ex-secretário geral da Presidência no governo García, como forma de pagamento dos privilégios recebidos. O ex-mandatário peruano também era acusado de ter recebido financiamento ilegal da Odebrecht durante a campanha presidencial de 2006. Assim como García, o ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski teve prisão preliminar, seguida de prisão preventiva, decretada neste mês de abril sob a acusação de lavagem de dinheiro e por ter facilitado, enquanto ainda era ministro na administração de Alejandro Toledo (2001-2006), a concessão dos projetos de construção da rodovia Interoceânica e do túnel Transadino Olmos à Odebrecht. A morte de García, atrelada à prisão preventiva de Kuczynski, gerou grande consternação nacional, sobretudo na classe política, que começou a articular um projeto de lei que visa a reformar o regulamento da prisão preventiva no Peru.

Fontes: [La República](#), 10/04/2019; [La República](#), 17/04/2019; [El Comercio](#), 18/04/2019; [El Comercio](#), 20/04/2019; [El Comercio](#), 20/04/2019; [El Comercio](#), 22/04/2019; [La República](#), 28/04/2019.

Senador brasileiro encontra-se com Maduro para discutir reabertura de fronteiras

No dia 15 de abril, o senador brasileiro Telmário Mota viajou a Caracas, capital da Venezuela, onde se reuniu com o chanceler venezuelano Jorge Arreaza e, depois,

com o presidente Nicolás Maduro. Mota pertence ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), pelo estado de Roraima, e também lidera um subgrupo dentro da Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE) que acompanha a crise na Venezuela. Mota e Maduro se comprometeram a estabelecer uma mesa de trabalho para discutir a reabertura da fronteira entre Venezuela e Brasil, fechada desde 21 de fevereiro. Em setembro de 2018, uma situação semelhante ocorreu quando a ex-governadora de Roraima, Suely Campos, reuniu-se com Maduro para tratar do intenso fluxo migratório originado do país vizinho em direção ao Brasil, cuja porta de entrada é a cidade de Pacaraima, em Roraima. Aproximadamente metade das exportações de Roraima tem como destino a Venezuela, que por sua vez fornece energia elétrica para 80% do território roraimense. A atitude do senador Mota foi de natureza independente, sem participação do Itamaraty. Ele retornou de Caracas com uma carta de Maduro direcionada aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da CRE, Nelsinho Trad. Ademais, Maduro convidou o Senado brasileiro para que visite a Venezuela através de uma comissão externa.

Fontes: [Clarín](#), 16/04/2019; [CartaCapital](#), 16/04/2019; [Agência Senado](#), 17/04/2019; [O Globo](#), 18/04/2019.

Guaidó anuncia que tem apoio dos militares para derrubar Maduro

No dia 09 de abril, o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) reconheceu o enviado de Juan Guaidó, Gustavo Tarre Briceño, como embaixador da Venezuela na OEA. A decisão foi tomada após uma votação de 18 votos a favor, nove contra e uma abstenção. Segundo a OEA, Tarre Briceño ocupará o cargo até que novas eleições sejam realizadas no país. Em janeiro de 2019, a Assembleia Nacional, de maioria opositora, havia reconhecido Tarre Briceño como enviado especial à OEA. O episódio cria uma situação incomum em uma instituição internacional, visto que o governo de Nicolás Maduro havia anunciado sua retirada da OEA em abril de 2017. Esse processo de saída leva dois anos para se completar, segundo regras da OEA, ou seja, a saída definitiva só ocorreria em abril de 2019. Contudo, em março de 2019, o secretário geral da OEA, Luis Almagro, aceitou uma solicitação de Guaidó para deixar sem efeito o pedido de retirada feito por Maduro. O governo Maduro convocou a população a sair às ruas no dia 27 de abril e comemorar a saída da OEA, considerada por ele um símbolo do “intervencionismo imperialista estadunidense” em seu país. Juan Guaidó, por sua vez, convocou o que ele chamou de “a maior passeata” da Venezuela para o dia 1º de maio.

Contudo, ainda no dia 30 de abril, novos eventos agitariam o país. Através de sua conta no Twitter, Juan Guaidó anunciou que tinha o apoio dos militares e que estava em curso a última fase da “Operação Liberdade”, a qual se trataria da derrubada de Maduro. Ao seu lado estava Leopoldo López, em prisão domiciliar desde 2017. Guaidó convocou a população à base aérea de La Carlota; entretanto, não houve adesão militar significativa ao chamado. As Forças Armadas reprimiram os manifestantes ao longo do dia e os principais nomes do governo vieram a público reiterar seu apoio a Maduro. Ao fim do dia, Leopoldo López e a família refugiaram-se na embaixada da Espanha, enquanto 25 militares de baixa patente pediram asilo na embaixada do Brasil, em Caracas.

Fontes: [O Globo](#), 09/04/2019; [El Nacional](#), 09/04/2019; [El Nacional](#), 22/04/2019; [El Universal](#), 23/04/2019; [DW](#), 24/04/2019; [Carta Capital](#), 01/05/2019.

Parlamentares colombianos vetam objeções presidenciais à JEP e EUA pressionam

Em abril, um dos principais assuntos noticiados pela imprensa colombiana foi a reação dos parlamentares à objeção do presidente a artigos que compõem o estatuto da Jurisdição Especial para a Paz (JEP). A JEP cria um sistema de justiça para julgar os que tiveram responsabilidades no conflito armado e conta com forte oposição do partido Centro Democrático que vem buscando por meio do presidente, Iván Duque, e do líder partidário, Álvaro Uribe, modificar a legislação. Os artigos da JEP vetados por Duque buscam endurecer a posição do governo no julgamento dos guerrilheiros, evitar a independência da JEP – fazendo com que atue em conjunto com o sistema de Justiça comum – e permitir a extradição de quem esteja sendo julgado pelo sistema especial. No dia 08 de abril, com 110 votos contra 44, a Câmara de Deputados negou a proposta de alteração do acordo defendida pelo presidente. Os partidos Liberal, Câmbio Radical e Partido da Unidade Nacional vetaram as alterações, se somando a eles outros movimentos de oposição. No dia 29 de abril, iniciou-se a análise no Senado que, por 47 votos contra 34, vetou as objeções. Contudo, houve discussão sobre a validade da votação, por considerar-se que para existir maioria seriam necessários 48 votos, decidindo-se que cabe à Corte Constitucional deliberar sobre a questão. A imprensa também repercutiu as pressões do embaixador dos EUA, Kevin Whitaker, que, no dia 03 de abril, agendou um encontro com parlamentares para persuadi-los a mudarem de posição em relação à extradi-

ção. A postura de Whitaker foi criticada na imprensa e se insere no contexto de maior pressão dos EUA, uma vez que Donald Trump, presidente dos EUA, vem criticando o aumento da produção de cultivos ilícitos no país. O governo defendeu a atual gestão e culpou Juan Manuel Santos pela “política de impunidade” adotada contra o narcotráfico.

Fontes: [El Tiempo](#), 09/04/2019; [El Espectador](#), 13/04/2019; [Semana](#), 13/04/2019; [El Tiempo](#), 28/04/2019; [El Tiempo](#), 02/05/2019.

Após seis meses de asilo na embaixada equatoriana, Assange é preso pela polícia londrina

O hacktivista Julian Assange, asilado desde 2012 na embaixada equatoriana em Londres, foi preso pela polícia londrina no dia 11 de abril. A prisão ocorreu em função da suspensão do asilo concedido pelo Equador, devido a um processo que Assange responde na Inglaterra e a alegadas violações do acordo firmado com o governo equatoriano. A suspensão foi acompanhada da retirada da nacionalidade equatoriana, ofertada ao fundador do Wikileaks pelo presidente equatoriano Lenin Moreno. Moreno afirma que Assange violou sucessivas vezes os termos do acordo para sua permanência, que incluíam a não interferência na política de outro país e a proibição de hackear equipamentos eletrônicos e de segurança. Há, ainda, alegações de que Assange estaria apresentando um comportamento hostil junto aos funcionários da embaixada. O hacker enfrenta ainda acusação de que estaria envolvido no recente caso de violação da privacidade eletrônica do presidente Lenin Moreno. Assange, após sua prisão, foi condenado pelo Tribunal de Westminster por violar condições de sua liberdade provisória no Reino Unido. As acusações originais que levaram Assange ao asilo consistiam em crimes sexuais cometidos na Suécia. Contudo, o ativista é procurado pelo Federal Bureau Investigation (FBI) pela divulgação de centenas de documentos sigilosos do governo estadunidense, cujo conteúdo inclui operações militares secretas, espionagem ilegal, violações de direitos humanos e de privacidade. O Equador alega que a retirada do asilo e a decorrente prisão ocorreu ante à garantia de que Assange não seria extraditado para um país que promovesse a tortura ou o condenasse à pena de morte. Em resposta, o Departamento de Estado dos EUA afirmou que a pena máxima a ser dada a Assange não passaria de cinco anos, descartando as hipóteses levantadas. A apreciação do pedido de extradição estadunidense está prevista para ocorrer no dia 02 de maio.

Fontes: [El Comercio](#), 11/04/2019; [El Mercurio](#), 11/04/2019; [New York Times](#), 11/04/2019; [The Guardian](#), 12/04/2019; [BBC](#), 12/04/2019.

Contradições marcam a política externa mexicana

No primeiro dia de abril, Andrés Manuel López Obrador, presidente mexicano, recebeu no Palácio Nacional a representante da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Maria Fernanda Espinosa. Em comunicado à imprensa, o governo mexicano ressaltou que os princípios que guiam a política externa são: 1- a busca por sociedades inclusivas, abertas, prósperas e felizes; 2- o desenvolvimento sustentável e o combate contra a mudança climática; 3- a igualdade de gênero e a não discriminação; e 4- a promoção global dos direitos humanos e de uma paz sustentável. Seguindo esses direcionamentos, em 9 de abril, Marcelo Ebrard, secretário de relações exteriores do país, informou que López Obrador destinou cerca de US\$ 18 milhões para a Secretaria, de modo a apoiar cidadãos mexicanos que vivem fora do país. Quanto à dimensão de desenvolvimento, em 26 de abril, o governo emitiu uma nota diplomática para advertir sobre os problemas gerados a empresas mexicanas e estadunidenses por atrasos nas revisões aduaneiras. No comunicado foi reforçada a importância da relação bilateral com os EUA. Contudo, esta aproximação com o país de Trump tem levado a ações dúbias do governo de López Obrador. Em 24 abril, o México defendeu uma política de contenção na agenda migratória, sob a justificativa de “ordenar” a mobilidade dos migrantes. No mês de abril de 2019 foram detidos 371 centro-americanos que se dirigiam aos EUA através da fronteira mexicana. Essas detenções têm sido marcadas por denúncias de agressões por parte da força de segurança mexicana, o que contradiz a premissa de promoção dos direitos humanos e o conceito de sociedades inclusivas, abertas e prósperas na política externa de López Obrador.

Fontes: [Horas](#), 01/04/2019; [Conexion Migrante](#), 09/04/2019; [El Pais](#), 24/04/2019; [El Universal](#), 26/04/2019.

Eleições de 2019 agitam cenário político sul-africano

Em abril, o contexto político sul-africano foi muito movimentado, uma vez que está marcado para o dia 8 de maio de 2019 o pleito eleitoral que definirá o novo presidente da África do Sul e outros cargos relevantes.

A configuração do jogo político leva analistas a apontarem essa eleição como a mais relevante desde a vitória do Congresso Nacional Africano (CNA) em 1994, que levou Nelson Mandela à presidência. A África do Sul é uma república parlamentarista, na qual a população vota em partidos, e o presidente é escolhido por uma lista fechada definida pelo partido vencedor nas eleições parlamentares. As duas principais forças partidárias da África do Sul, o CNA e Aliança Democrática (DA, na sigla em inglês), contam agora com a presença de uma terceira força, representada pelo partido Lutadores pela Liberdade Econômica (), uma dissidência do CNA. Os partidos já indicaram suas lideranças: o grande favorito é o atual presidente Cyril Ramaphosa, do CNA. Todavia, pela primeira vez, o CNA pode ser surpreendido pela participação de jovens insatisfeitos com a desigualdade, a corrupção e o desemprego no país. Além disso, uma dissidência sindical do CNA criou o Partido Socialista Revolucionário dos Trabalhadores (SRWP), partido marxista-leninista com base na União Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (NUMSA) e que conta com mais de 700 mil membros. Pelo DA, Mmusi Maimane, chamado de “Obama de Soweto”, apresenta-se como uma nova liderança negra. O DA, que tem na província do Cabo seu reduto eleitoral, pode conseguir mais votos da população negra em Gauteng, a província mais populosa da África do Sul. Correndo por fora vem Julius Malema, do EEF, que enfatiza o direito da população negra e a reforma agrária sul-africana – um dos temas mais controversos das eleições.

Fontes: [Revista Fórum](#), 08/04/2019; [News24](#), 09/04/2019; [Africa News](#), 25/04/2019; [The Economist](#), 25/04/2019; [Valor](#) 25/04/2019; [EM](#), 25/04/2019.

Encontro anual do Banco dos BRICS ocorre na África do Sul

Entre os dias 31 de março e 02 de abril, foi realizado na Cidade do Cabo o 4º encontro anual do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco do BRICS. Os diretores definiram uma orientação estratégica para o banco e avaliaram o crescimento do portfólio de empréstimos. Foram aprovados 30 projetos num total de US\$ 8,1 bilhões para o período entre 2016 e 2018, dos quais quase 66% foram direcionados para os setores de transporte e energia renovável. Segundo o atual presidente do NBD, o indiano Kundapur Vaman Kamath, há a promessa de dobrar os investimentos ainda em 2019, priorizando os recursos para projetos de desenvolvimento sustentável e fontes renováveis de energia. Até o momento, o NDB recebeu aportes de US\$ 5,3 bi-

lhões de seus sócios fundadores, sendo que a meta de integralização do capital até 2022 é de US\$ 10 bilhões. Está prevista para novembro de 2019 a inauguração de um escritório no Brasil, na cidade de São Paulo e, em julho de 2020, o Brasil assumirá a presidência executiva do banco para um mandato de cinco anos. Juntos, os países do BRICS têm uma participação de 33% no produto global, 42% da população mundial e 43% de contribuição no crescimento do produto global, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2018. Mesmo com dados dessa escala, algumas lideranças clamaram pela necessidade de expansão da quantidade de membros dos BRICS, a exemplo de Subhash Chandra Garg, Secretário de Finanças da Índia.

Fontes: [Reuters](#), 01/04/2019; [IOL](#), 01/04/2019; [News24](#), 01/04/2019; [Exame](#), 02/04/2019; [Xinhua](#), 02/04/2019; [Valor](#), 03/04/2019; [IPEA](#), 17/04/2019.

China adensa cooperação internacional com a Iniciativa Cinturão e Rota da Seda

Nos dias 25 e 27 de abril, a China sediou o Segundo Fórum de Cooperação Internacional no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota da Seda em Pequim. O evento contou com a presença de 37 chefes de Estado e de Governo. Na ocasião, foram assinados mais de 30 acordos bilaterais e multilaterais de cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. Além do foco na área comercial, outros temas também foram tratados: ciência, tecnologia e inovação; mudanças climáticas; Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; infraestrutura; seguridade social; segurança do trabalho; medidas anticorrupção; energias renováveis; contabilidade; auditoria e finanças; metrologia e certificação; turismo e cidades; cooperação marítima; ferrovias; e intercâmbio cultural. A Organização das Nações Unidas (ONU) e suas respectivas agências apareceram como importantes atores na formação e consolidação da iniciativa: “O Iniciativa Cinturão e Rota da Seda tem o potencial de fornecer uma forte contribuição regional para a realização da Agenda 2030, por meio de suas cinco áreas prioritárias, bem como do objetivo comum de traçar um caminho rumo à prosperidade e sustentabilidade compartilhadas”, disse Maria Fernanda Espinosa Garcés, presidente da Assembleia Geral da ONU (AGNU) em entrevista ao canal Xinhua. Na mesma linha, António Guterres, secretário Geral da ONU, afirmou que: “vemos a Iniciativa Cinturão e Rota como o projeto mais relevante no

mundo hoje, no contexto da cooperação Sul-Sul, que pode contribuir para tornar a globalização mais justa, e uma globalização mais justa é a melhor maneira de ter um futuro de prosperidade compartilhada entre as diferentes nações do mundo “.

Fontes: [Spanish China.org](#), 26/04/2019; [Telesurty.net](#), 26/04/2019; [Global Times](#), 27/04/2019; [Xinhua](#), 28/04/2019.

Turquia critica comentários ocidentais sobre a última eleição turca e o genocídio armênio

Após a recontagem de votos solicitada pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), o Comitê Eleitoral da Turquia (YSK), confirmou a vitória do candidato Ekrem Imamoglu para prefeito de Istambul. Imamoglu é representante da coalizão composta pelo Partido Republicano do Povo (CHP) e pelo Partido Bom (IYI). Criticando o comportamento do AKP, o vice-presidente do Departamento de Estado dos EUA, Robert Palladino, declarou que uma democracia deve aceitar os resultados eleitorais legítimos. Em resposta, o embaixador da Turquia em Washington, Serdar Kılıç, afirmou que contestar resultados é uma prática comum em outras democracias pelo mundo, citando a recontagem de votos nas eleições estadunidenses de 2016 e 2018. Nesse contexto, ainda resta ao YSK analisar a solicitação de cancelamento das eleições, feita pelo AKP e pelo Partido da Ação Nacionalista (MHP), com base em alegações de irregularidade. Declarações feitas por outros países também causaram descontentamento de políticos turcos, reforçando a tensão diplomática entre a Turquia e potências europeias e norte-americanas. Entre outros, EUA, França, Itália e Portugal emitiram notas sobre o reconhecimento do genocídio armênio. A Turquia rebateu, afirmando que o “hipotético” e “alegado” genocídio envolve interesses políticos, o que justifica a atenção de países ocidentais. O ministro turco dos Negócios Estrangeiros, Mevlüt Çavuşoğlu, por exemplo, em resposta a uma parlamentar francesa, disse que a França seria o último país que teria legitimidade de falar sobre eventos dessa natureza, considerando o histórico francês em Ruanda e na Argélia.

Fontes: [TRT](#), 04/04/2019; [O Globo](#), 05/04/2019; [Reuters](#), 11/04/2019; [TRT](#), 12/04/2019; [TRT](#), 18/04/2019; [TRT](#), 24/04/2019; [Ahval](#), 25/04/2019; [Hurriyet](#), 27/04/2019.

Um mês de vitórias e retrocessos acontecendo na América Latina

Na Colômbia, quinhentos líderes comunitários foram mortos nos últimos três anos e muitos outros, que lutam por direitos dos camponeses, afrocolombianos e indígenas, estão em perigo por negligência do governo do presidente ultraconservador Iván Duque. O mesmo vem apresentando objeções a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), estabelecida em 2016 como um mecanismo de justiça transnacional para julgar os crimes cometidos durante os conflitos armados colombianos. O senador e líder da oposição, Gustavo Petro, juntamente com organizações de defesa dos direitos humanos, entregou solicitou ao Tribunal Penal Internacional (TPI) o início de uma investigação formal dos assassinatos. No Equador, houve uma vitória para quem luta pela autonomia de seus territórios. O povo indígena Waorani, que vive na floresta amazônica e cujos membros são conhecidos como guardiões da floresta, ganharam a primeira batalha contra o governo, pela entrada de petroleiras em suas terras. A decisão histórica garante o direito constitucional de autodeterminação dos povos e o direito de consulta prévia, ao passo que suspende a proposta do governo em excluir parte do território indígena para uma futura licitação. Outra vitória para os direitos humanos, na Argentina. As Avós da Praça de Maio anunciaram o encontro da neta 129, número que a cada ano sobe, fruto um trabalho persistente em recuperar a identidade roubada de 500 crianças que nasceram nas prisões militares. Apesar de algumas vitórias na América Latina, os Ministérios das Relações Exteriores do Chile, Paraguai, Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Chile entregaram à Comissão Interamericana Direitos Humanos (CIDH) uma declaração contra o Sistema Interamericano. A declaração afirma que a atuação da CIDH deve respeitar a autonomia dos Estados para decidir quais são as formas mais adequadas para assegurar direitos. Para a Anistia Internacional, a declaração é um golpe para as vítimas de violações de direitos humanos e, com iniciativas como esta, os países estão promovendo uma tentativa de enfraquecer e limitar o Sistema Interamericano.

Fontes: [Nodal](#), 9/04/2019; [Página 12](#), 10/04/2019; [Anistia Internacional](#), 25/04/2019; [Resumen Latinoamericano](#), 28/04/2019.

Movimentos sociais resistem contra as violações aos seus direitos

Na Índia, numerosas marchas de mulheres ocuparam 135 cidades em 20 estados durante o mês de abril nas vésperas das eleições gerais, protestando contra o cli-

ma de ódio e violência que atingem o país e o cenário global, pressionando para a concretização dos seus direitos constitucionais. Com a ascensão de forças fascistas e neoliberais no país, as mulheres e outros grupos como mulçumanos e dalits vêm sofrendo ataques ainda mais fortes com o cenário de medo e insegurança e com o declínio significativo de leis dedicadas à igualdade. Na Argélia, Abdelazis Buteflika renunciou ao cargo de presidente no dia 02, após massivos protestos. No Sudão, desde que o presidente Omar Al Bachir foi deposto, no dia 11 de abril, por generais que parecem pouco apressados em transferir o poder para civis, os movimentos continuam a pressão sobre o exército, com acampamentos em sua sede. Os movimentos anti-governo na Argélia e no Sudão mostram que o desejo por mudanças e o rechaço aos regimes autoritários, manifestado desde 2011 no Oriente Médio e no Norte da África, ainda continua latente. Na Colômbia, desde março movimentos indígenas, camponeses e afrocolombianos clamam por defesa do território, da democracia, da justiça e paz. No dia 25 de abril, a mobilização que teve início na província de Cauca cresceu e gerou uma paralisação nacional contra as políticas militaristas do governo de Iván Duque, que tem respondido com mais repressão. No Brasil, milhares de povos originários de todo o país ocuparam Brasília entre os dias 17 e 19, com o 15º Acampamento Terra Livre, afirmando que “resistiremos, custe o que custar!”, como consta no documento divulgado e nas grandes ações realizadas na capital.

Fontes: [Business Insider](#), 05/04/2019; [La Tinta](#), 18/04/2019; [La Tinta](#), 23/04/2019; [MST](#), 30/04/2019.

Mulheres subalternas protagonizam lutas políticas e sociais

O ativismo liderado por mulheres mantém a sua força no mês posterior ao Dia Internacional da Mulher. No Sudão, o governo é majoritariamente composto por homens muçulmanos que elaboram e executam políticas conservadoras e punições que incluem promoção de estupro coletivo e pena de morte para mulheres acusadas de traição. Esse cenário não conteve Ala’a Salah, que ficou conhecida após subir em um carro com vestimentas femininas simbólicas para o país, exigindo a renúncia do atual governante, Omar al Bashir – que chegou ao poder em 1989 através de um golpe militar. Na Argentina, na cidade de Rosário, mulheres indígenas do movimento “Índias em pé”, criado em janeiro deste ano, também denunciaram violência de gênero e exigiram a aplicação de um protocolo de Interrupção Legal de Gravidez em seus dialetos, para maior difusão e acessibilidade ao Direito em suas comunidades. Tal reivindicação é legítima,

apesar da existência do aparato legal não representar efetivamente a prática, em muitas situações. Exemplo disso é o caso de Carmen Quinteros, militar do exército paraguaio, que foi presa por 45 dias após enfrentar a cúpula do Exército para amamentar o seu bebê, tendo a sua pena confirmada pela Corte Suprema do país. O caso chegou ao atual mandatário Mario Abdo Benítez, que contestou que não havia muito o que poderia fazer. Quinteros possui o seu direito à amamentação amparado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, no entanto, o estatuto do pessoal militar de 1997 coloca a decisão nas mãos do comandante. Ela foi a primeira militar a reivindicar o direito à amamentação.

Fontes: [El Diário](#), 09/04/2019; [El País](#), 10/04/2019; [Horizontes ao Sul](#), 12/04/2019; [Página 12](#), 12/04/2019.

Emigração brasileira cresce junto com xenofobia

Cada vez mais brasileiros decidem sair do Brasil. O número de pessoas que entregaram a declaração de saída definitiva do país, comunicação necessária para quem irá morar no exterior, cresceu de 12,2 mil, em 2014, para 22,4 mil, em 2018, segundo últimos dados da Receita Federal. Dentre os principais destinos estão Japão e Canadá. Esse processo tem sido acompanhado por casos de xenofobia. No dia 29 de abril, uma banca de alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) disponibilizou pedras em um cesto junto a um cartaz com os dizeres “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’ (que passou à frente no mestrado)”. No caso, “zuca” serve como diminutivo de “brazuca”, fazendo referência aos estudantes brasileiros da Universidade. A FDUL retirou o cartaz e comunicou a necessidade do respeito por todos os alunos da instituição e que repudia quaisquer atitudes impróprias de caráter xenofobo ou discriminatório. Porém, a faculdade afirmou que decisões sobre procedimentos disciplinares exigem uma “ponderação mais cuidada”. Já o reitor da Universidade, António Cruz Serra, garantiu que vai avançar com um processo disciplinar. Durante a tarde do mesmo dia, estudantes brasileiros protestaram em frente à faculdade. Nos EUA, um grupo de 30 brasileiros foi detido por uma milícia armada ao tentarem cruzar a fronteira do país com o México. O grupo armado se compromete a patrulhar a fronteira até que o muro prometido por Donald Trump seja construído. Ainda assim, os emigrantes brasileiros não têm encontrado apoio por parte do presidente Jair Bolsonaro, que afirmou, no dia 19 de março a Fox News, que “a grande maioria dos imigrantes em potencial não tem boas intenções”. Seu filho, o deputado Eduardo

Bolsonaro, atual presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, comentou, no dia 16 de março, que imigrantes brasileiros irregulares nos EUA são uma vergonha nacional.

Fontes: [G1](#), 03/04/2019; [Época](#), 14/04/2019; [Folha de S. Paulo](#), 17/03/2019; [O Globo](#), 19/03/2019; [Público](#), 29/04/2019; [El País](#), 30/04/2019.

Aumentam os deslocamentos forçados como resultado das mudanças climáticas

As mudanças climáticas e os recentes desastres ambientais têm aumentado o número de pessoas deslocadas ao redor do mundo. Ainda que este seja um fenômeno a longo prazo, a curto e médio prazo é possível identificar efeitos sobre as migrações, uma vez que implica em expulsão imediata das pessoas de suas casas e/ou deterioramento progressivo das condições de vida além do posterior deslocamento obrigatório. No mês de março, o Ciclone Irai devastou três países do sudeste asiático. Ainda que com menor expressão na grande mídia, em abril foram noticiadas as primeiras consequências para mobilidade humana: segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de abril havia cerca de 70 mil pessoas deslocadas apenas em Moçambique. Este último, que foi o país mais afetado pelo ciclone, teve que enfrentar uma grande destruição da agricultura e de residências, assim com o surto de cólera. Esses efeitos têm fomentado o debate, principalmente entre organizações ambientalistas, que, entre os dias 14 e 18 de abril, promoveram o debate sobre “crise ecológica e migrações”, no quinto Congresso Internacional de Educação Ambiental, realizado em Bubaque, capital do arquipélago das Bigajós, em Guiné Bissau. No evento, a proposta principal foi preparar países mais vulneráveis para situações como a do Ciclone Irai, buscando melhorar a educação ambiental nas escolas. Organizações multilaterais também têm atuado sobre a questão e buscado gerar dados sobre o tema. De acordo com relatório divulgado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), 2018 foi o ano mais quente já registrado, e as implicações disso na vida das pessoas comuns foram a seca, inundações e tempestades que provocaram, só no ano passado, 2 milhões de deslocados no mundo, com especial ênfase no caso da América Central em direção às grandes cidades da região e aos EUA.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 01/04/2019; [G1](#), 03/04/2019; [The Guardian](#), 11/04/2019; [Expresso](#), 18/04/2019; [DW](#), 20/04/2019; [UN](#), 25/04/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

